

## ABSTRACT

In this article we will cover the history of the Junqueira Palace, from its construction to the moment it was acquired by the Portuguese State. We will follow the way in which this building had different owners and occupants, resulting in the designations for what it is known, Patriarch's Palace and Burnay Palace. Each of the owners gave it their own taste, visible in the architecture, interior decoration, and garden design. We will begin with the construction of the building by order of D. José César de Meneses, knowing that, after 1755, it was rented by the Church, starting to function as the summer palace of the Patriarch of Lisbon. In 1853, it was acquired by Manuel Pinto da Fonseca, a slave trader known as «Monte Cristo». It was later in the possession of D. Sebastião de Bourbon (a member of the royal family), being acquired, in 1882, by the Count of Burnay — who was the owner who had the greatest impact on the building's history. Finally, we will continue to the present day, remembering the urgency of defending, preserving, and giving new life to this building.

## RESUMO

No presente artigo iremos abordar a história do Palácio da Junqueira, desde a sua construção até ao momento em que foi adquirido pelo Estado *Português*. Iremos acompanhar a maneira como este edifício foi tendo diferentes proprietários e ocupantes, traduzindo-se nas designações que nele perduram, de Palácio do Patriarca e de Palácio Burnay. Cada um dos proprietários imprimiu-lhe o seu gosto, visível na arquitetura, na decoração dos interiores, e desenho dos jardins.

Começaremos com a construção do edifício por ordem de D. José César de Meneses, sabendo-se que, depois de 1755, foi arrendado pela Mitra, passando a funcionar como palácio de Verão do Patriarca de Lisboa. Em 1853, foi adquirido por Manuel Pinto da Fonseca, negociante de escravos conhecido como «Monte Cristo». Esteve depois na posse de D. Sebastião de Bourbon (membro da família real), sendo adquirido, já em 1882, pelo Conde de Burnay — que foi o proprietário que teve maior impacto para a história do edifício. Por fim, iremos seguir até à atualidade, lembrando a urgência de defender, preservar e dar uma nova vida a este edifício.

ORCID: 0000-0001-6500-4481

<https://doi.org/10.34619/cma5-wfc2>

## keywords

ARCHITECTURE  
DECORATIVE ARTS  
PATRIMONY  
BOURGEOISIE  
HOME BIOGRAPHY

## palavras-chave

ARQUITETURA  
ARTES DECORATIVAS  
PATRIMÔNIO  
BURGUESIA  
BIOGRAFIA DE CASA

# Do nascimento ao abandono

## As várias vidas do Palácio da Junqueira em Lisboa

---

MARGARIDA ELIAS  
Instituto de História da Arte  
NOVA FCSH / IN2PAST

### Introdução

Alvo de uma recente polémica na comunicação social pelo seu estado de abandono, o palácio da Junqueira é o objeto desta reflexão.

O presente texto pretende ser um novo passo na investigação sobre o palácio, embora, assumidamente, ainda não tenha o carácter de profundidade que julgamos que o edifício mereceria vir a ter — idealmente ser-lhe-ia dedicada uma tese de doutoramento ou um volume assinado por vários especialistas, em que se pudesse estudar o edifício nas suas diferentes vertentes, quer cronológicas, quer arquitetónicas, decorativas, paisagísticas, urbanísticas e socioculturais. Neste sentido, iremos cingir-nos a uma abordagem sobretudo cronológica, na qual iremos analisar a evolução do edifício à medida que foi mudando de proprietários ou inquilinos, concentrando-nos sobretudo nos anos entre 1701, quando o terreno foi aforado a D. José César de Meneses, e 1940, quando o edifício foi adquirido pelo Ministério das Colónias.

Iremos também, contudo, problematizar a questão da salvaguarda do património, visto que este palácio, classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1982<sup>1</sup>, mas desocupado desde 2018, tem vindo a degradar-se, sendo alvo de atos de vandalismo e já tendo perdido parte do seu recheio decorativo. A atual situação tem gerado grande polémica, com impacto nas notícias e reportagens dos vários meios de comunicação social, incluindo a televisão e as redes sociais.

Ainda em 2008, no blogue do Fórum Cidadania Lisboa, denunciava-se o facto de o palácio ser uma das «jóias» que se estavam a esboroar «paulatinamente», a pro-

<sup>1</sup> Decreto n.º 28/82, *Diário da República*, 1.ª série, N.º 47, de 26 de Fevereiro de 1982.

pósito de uma exposição fotográfica realizada pelo Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), na qual se poderiam ver imagens que recordavam «o auge da casa, que continua bela, mesmo que há muito privada do fabuloso recheio com que Henri Burnay a enriqueceu em vida»; porém,

infiltrações decorrentes de problemas nas coberturas danificaram parte dos seus interiores, profusamente decorados — (...). A celebrar o seu 125.º aniversário, e sem verbas para uma intervenção de fundo no edifício, o IICT tem vindo a recuperar o possível, ao ritmo possível (Morais 2008)<sup>2</sup>.

Em 2020, o Fórum apresentou um pedido de esclarecimentos à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o que se pretendia fazer, visto que o edifício estava a deteriorar-se «a olhos vistos, fruto do total abandono a que foi votado pelo Estado, (...) com janelas “abertas à destruição”» (Cidadania Lx 2020). Em 1 de Julho de 2021, o mesmo grupo alertava para o facto de já terem «desaparecido as telas que decoravam as paredes do antigo salão de festas do Palácio Burnay» (Cidadania Lx 2021). Entretanto, no *Expresso*, José Miguel Júdice chamava a atenção para a denúncia do Fórum Cidadania Lx de que o Palácio Burnay, na Junqueira, que é propriedade do Estado, fora vandalizado (Júdice 2021).

Em Janeiro de 2022, o Fórum fez uma recolha de fundos para «pagamento de providência cautelar pelo Palácio Burnay e contra o Estado» (Cidadania Lx 2022)<sup>3</sup>, o que foi alcançado. Em Março, era notícia no *Público* que o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa exigira que os Ministérios da Cultura e das Finanças travassem a degradação do Palácio (Moreira 2022). Em 26 de Maio de 2023, um artigo assinado por Samuel Alemão dizia que o edifício fora «esquecido pelo Estado», sendo «cenário de vídeos para “influenciadores”». Notava que, apesar de, havia mais de um ano «o tribunal ter ordenado (...) o encerramento das janelas», continuavam «a ser frequentes as intrusões no edifício classificado», estando o «interior rico (...) à mercê do vandalismo» (Alemão 2023). Em Abril de 2023, no *site* noticioso *NiT*, um artigo, acompanhado de reportagem fotográfica, contava que neste palácio se tinham dado «as melhores festas universitárias de Lisboa» e apresentava a «*urban explorer*» Rita Constantino a visitar este espaço (Lopes 2023). Em 18 de Junho de 2023, na *Sic Notícias*, ainda se dizia que o espaço continuava a «servir de dormitório», tendo a Polícia de Segurança Pública realizado várias operações de detenção (SIC Notícias 2023).

Chegados a Janeiro de 2024, já após a queda do Governo presidido por António Costa (Novembro de 2023), foi anunciada a reabilitação do Palácio Burnay, para instalar a empresa Museus e Monumentos de Portugal, criada para gerir o património museológico e arquitetónico (XXIII Governo — República Portuguesa. 2024).

<sup>2</sup> A Associação Fórum Cidadania Lx foi fundada em Agosto de 2021, mas teve origem em 2003, quando um grupo de cidadãos se uniu em torno da defesa da casa de Almeida Garrett, avançando com a criação do blog *Cidadania Lx*. Cf. *Cidadania Lx* [<https://cidadania.org>], consultado a 24 de Junho de 2024.

<sup>3</sup> Nessa altura, o grupo era dirigido por Paulo Ferrero, Bernardo Ferreira de Carvalho, Maria Ramalho, Miguel de Sepúlveda Velloso e Nuno Caiado.

Na internet, continuaram a surgir publicações sobre o tema. Em 14 de Janeiro de 2024, na conta do Youtube *Bros of Decay*, foi publicado um vídeo com o título de «Hidden abandoned palace in Portugal’s capital, Lisbon | Burnay Palace» (149 055 visualizações) e, pouco depois, em 11 de Fevereiro, foi publicado um vídeo no Youtube, na página *Exploring with Jake*, sobre este «Abandoned palace», que tem hoje (24 de Junho) 21 mil visualizações (Bros of Decay 2024; Exploring with Jake 2024).

## Breve Fortuna Crítica

Iremos agora iniciar a história deste edifício, que remonta ao início do século XVIII. Designado por Palácio dos Patriarcas ou Burnay, é um edifício situado na rua da Junqueira, uma das ruas de Lisboa conhecidas pela presença de vários palácios e casas nobres — razão pela qual Frederico Perry Vidal a apelidou de «via aristocrática» (Vidal 1955: 55). Trata-se de um edifício cuja construção se iniciou na primeira metade do século XVIII, tendo sofrido obras que o foram alterando, até meados do século XX, e mesmo posteriormente.

Embora não haja um estudo de fundo, o edifício tem sido objeto de diversas publicações. Reportando-nos aos historiadores, ou investigadores, que escreveram sobre ele, a primeira referência de maior relevo vai para Norberto de Araújo, no Fascículo 4 do *Inventário de Lisboa*, que considerou que ele era «(...) mais original do que belo, não constituindo espécime arquitectónico de qualquer época ou estilo (...)» (Araújo 1946: 1936). O outro autor que escreveu sobre este palácio foi José-Augusto França, no primeiro volume do livro *A arte em Portugal no século XIX*, dando uma avaliação sucinta e depreciativa: «é extravagante, bem alheio às regras de arte ou tradições de gosto» (França 1990: 355). De facto, estes autores apontam para a arquitetura eclética deste palácio, resultante não só do facto de ter sofrido alterações ao longo dos seus trezentos anos de história, mas também do gosto romântico que o alterou exterior e interiormente, sobretudo no tempo de Manuel Pinto da Fonseca e do Conde de Burnay.

A primeira historiadora que trouxe uma análise de maior profundidade foi Raquel Henriques da Silva, na sua tese de doutoramento, dedicada ao tema *Lisboa Romântica* (1997). Muito embora outros autores já tivessem notado que o edifício tinha uma fundação setecentista (Araújo 1946: 35; Vidal 1955: 114), foi ela a primeira a observar que este palácio apresenta uma configuração idêntica à que possuía no final do século XVIII: «o edifício existente mantém, no exterior, o essencial da sua traça (...) que, em termos de volumetria, se constitui com um quadrado com quatro torreões destacados nos ângulos e cúpula central» (Silva 1997: 78-9).

O trabalho de maior envergadura neste âmbito, que, contudo, não esgotou o tema, corresponde à tese de mestrado de Giulia Rossi Vairo, sobre *La Collezione Burnay nel Museo Nacional de Arte Antiga di Lisbonna* (2001), parcialmente publicada no catálogo *Henri Burnay: De banqueiro a coleccionador*, coordenado por Maria Antónia Pinto Matos, para uma exposição realizada na Casa-Museu Anastácio Gonçalves (2003). Sendo o assunto da tese e da exposição a personalidade de Henri Burnay, e a sua atividade de colecionador, o palácio foi trabalhado sobretudo para a época em que foi habitado por este membro da alta burguesia.

## Entre os Saldanhas e D. César de Meneses

O sítio da Junqueira é mencionado na documentação desde o tempo do rei D. Dinis (1261-1325), quando o monarca doou esta localidade a D. Urraca Pais, abadessa do mosteiro de S. Dinis, de Odivelas. Esta zona passou depois a integrar a Quinta das Caldas, que constituiu o dote de D. Joana de Albuquerque, pelo casamento com Aires de Saldanha (1542-1605), 17.º vice-rei da Índia, ficando vinculada ao Morgado da Junqueira, instituído nessa época. Desde o século XVIII, a antiga estrada de Belém, que ligava o princípio da Calçada de Santo Amaro ao da Calçada da Ajuda, passou a designar-se por Rua da Junqueira (Cortez 1994: 482; Lamas 1922: 7-8; Ribeiro 1939: 16-17).

Em 1701, João de Saldanha de Albuquerque (c. 1640-1723), presidente do Senado da Câmara de Lisboa, obteve do rei D. Pedro II (1648-1706) um alvará pelo qual teve licença para aforar umas «tantas braças de terreno á face da estrada, desde as Escadinhas de Santo Amaro até Belem, para se aumentarem os rendimentos do morgado (...)» (Lamas 1922: 8; Cortez 1994: 482). Desde então, foram-se erguendo no lado Norte da Junqueira diversas casas nobres, com jardins e terraços, de onde os proprietários podiam usufruir as vistas do Tejo, sendo esse o caso do palácio que vamos agora estudar.

A origem do Palácio do Patriarca/Burnay está nas casas nobres que D. José César de Meneses (1681-1755), principal da Sé de Lisboa e irmão de Vasco Fernandes César (1673-1743), primeiro conde de Sabugosa, mandou construir em terreno aforado a D. João Saldanha de Albuquerque, avô do primeiro conde de Ega, em 1701. A construção terá ocorrido antes de 1727, na medida em que o palácio figura na *Planta topographica da marinha* de Lisboa, feita nesse ano, por Carlos Mardel (1696-1763)<sup>4</sup> (Ribeiro 1939: 24). Nessa planta, a propriedade é identificada com o nome de «q.ta de Jozeph Cezar», apresentando o corpo central e os dois laterais,

<sup>4</sup> *Planta topographica da marinha das Cidades de Lisboa Occidental, e Oriental, desde o Forte de S. Jozeph de Riba-mar té o Convento do Grilo. feita no anno de 1727*, Carlos Mardel, Museu de Lisboa, MC.DES.1403.

voltados para Sul, tal como ainda existem, mas sem os dois corpos laterais do lado Norte, que serão posteriores. Ulteriores serão ainda os jardins, que, no entanto, já existiriam em 1734 (Cortez 1994: 484).

## O Palácio do Patriarca

Pouco se sabe acerca do edifício no período anterior ao Terramoto de 1755, mas é sabido que, após esse ano, o palácio foi arrendado pela Mitra, passando a funcionar como palácio de Verão do terceiro cardeal-patriarca de Lisboa, D. Francisco de Saldanha da Gama (1713-1776). Este era filho de João de Saldanha da Gama (1674-1752) e de D. Joana Bernarda de Noronha e Lencastre (1686-1752), irmã de Vasco Fernandes César, e, por isso, sobrinho do primeiro proprietário. Foi porcionista no Colégio Real de Coimbra, sendo prelado da Igreja Patriarcal (1743) e depois principal (1755), elevado a cardeal pelo Papa Benedito XIV (1756) e patriarca desde 1759, com cerimônia de Sagração realizada na Capela da Junqueira (Castro 1763: 161-2).

No ano de 1758, o palácio teve obras sob projeto do arquiteto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785). De acordo com o estudo realizado por Mónica Queiroz, nesse ano foi realizado um contrato de uma sociedade de mestres-de-obras para fazer «hum quarto que/ o Eminentíssimo Cardeal Saldanha Patriarca de Lisboa havia/ destinado a serventias de novo no Palácio em que asis/ te no sitio da Junqueira», conforme «plantas e alçados do Architeto Mathe/ us Vicente de Oliveira» (Queiroz 2013: 226-8). As obras referem-se à construção de um quarto e de alojamentos para os criados. Mateus Vicente executou também plantas para a edificação das cocheiras e dos palheiros, anexos ao palácio. Estes novos corpos terão sido erguidos a norte do corpo central e a este do corpo lateral, como se pode depreender da planta de Lisboa de Duarte Fava (1772-1826), em 1807<sup>5</sup>.

Em 1763, o edifício ficou representado numa *Vista e perspectiva da Barra Costa e Cidade de Lisboa*, de Bernardo de Caula, identificado como «Palacio do Cardeal Patriarcha». Já nesta altura o edifício apresentava uma configuração exterior muito próxima, no essencial, daquela que hoje se pode ver, com um corpo central torreado, muito embora o coroamento das torres fosse feito por coruchéus e não por cúpulas, como é atualmente — torres que Mário Ribeiro comparou às da Igreja de São Vicente de Fora (cf. Ribeiro 1939: 24).

Após a morte do Patriarca, em 1 de Novembro de 1776, o edifício regressou aos herdeiros de D. José César de Meneses, sendo descrito numa vistoria realizada em 22 de Agosto de 1778, por requerimento de D. José César de Menezes (1763-1839), segundo marquês de Sabugosa:

<sup>5</sup> Fava, Duarte José, *Carta topographica de Lisboa e seus suburbios comprehendendo na sua maior extensão desde o Convento dos Religiosos Barbadinhos Italianos athé a Bateria do Bom Successo e na maior largura desde o Terreiro do Paço athé o Campo Pequeno*. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas, 1833.

hum nobre Palacio que conta de Sua Entrada nobre em plano bacho com toudas as acomodadoens percizas: Palheiro Cavallarices Coxheiras Cozinha Cazas Compitentes a mesmas oficinas: Com quatro tourres e dois jardins que gorneçem o prospetto do ditto palácio: hum a parte puente e outro a parte nacente. Como tambem huma nobre Irmida gornecida de tres altares que em toudas se selebra o Cocarficio da Missa e Suas tribunas toudas m.to be, gornecidas de Ornatto o mais Compelto que se pode Ejzicutar: Com tambem outra Irmida que fica mística a Salla vaga tam bem m.to bem acabada. Na ejzicução da mesma como tambem huma lgrande Caza de livraria com sua varanda que da serventia para o Segundo Corpo da ditto Caza touda guarneçada de piraes de madeira de forro com seus Ornamentos de pitia (?) amarello e na mesma com seu tetto gornecido de Molduras toudas douradas com hum nobilicimo painel no meyo gornecido de ornatos de pintura tudo munto bem Compelto e a porpução desta toudas as mais sallas Compitentes e o ditto palácio e Cazas perçisas de aComudaçoens e no Sentro desta palacio a parte Norte huma porção de terra com Suas Lorangeiras e hum grande Lago de Peixhes e logo mais a parte do norte huma gasgatta com seu Lago na bazi e tambem mística a esta gasgatta huma Caza que Servia de Enfermaria e ao Outro Lado Cazas de acumudaçoens dos griados e a parte do Nascente huma Cavalharice e seus palheiros e tudo Bem visto (...)<sup>6</sup>.

Deste modo, como antes referimos, o edifício que vemos hoje é, essencialmente, o mesmo do final do século XVIII — sobretudo no que respeita ao lado Sul. No exterior, temos uma fachada de disposição simétrica, a partir de um corpo central, composto por quatro corpos torreados, a que se adossam duas alas laterais de piso único, existindo um amplo jardim na fachada posterior, com laranjeiras, que nesta época eram usuais nas quintas de recreio. Como atrás dissemos, a continuidade entre a casa nobre do século XVIII e o palácio atual já foi observada por Raquel Henriques da Silva, em 1997:

(...) E se desapareceram, entretanto, os coruchéus prismáticos que coroavam as torres e a cúpula foi alteada, o ritmo dos vãos e a sua molduragem não teve qualquer alteração, o mesmo acontecendo com a particular solução de entrada, superfície torneada superfície torneada que avança sobre a planimetria da fachada, forrada a cantaria de junta unida. De um lado e outro, o plano da fachada prolonga-se num extenso piso térreo, ritmado por vãos rectangulares e sobrepujado de balaustrada, que termina em torreões, repetindo os centrais (Silva 1997: 78-9).

<sup>6</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Desembargo do Paço, Maço 198, Doc. 36, in Silva 1997: 631-2.



**Fig. 1** *Vista da cidade de Lisboa tomada da Junqueira*, Henri L'Évêque, 1815. Museu de Lisboa. MC.GRA.0263

A mesma configuração pode ver-se na *Vista da cidade de Lisboa tomada da Junqueira*, de Henri L'Évêque (1769-1832) (1815, Museu de Lisboa) [Fig. 1], e, em 1843-1844, numa imagem publicada no *Universo Pitoresco*, em que o edifício é descrito como um

palácio, que serviu de residência aos patriarcas de Lisboa durante muitos anos, até que esta se transferiu para o mosteiro de S. Vicente de Fôra em 1833. Aquelle bello palácio, cujos ângulos rematam em quatro torreões pyramidaes, e de cujo centro se levanta uma alta cúpula, ergue-se entre dois espaçosos jardins guardados de balaustres de pedra<sup>7</sup>.

Em 1818, funcionou no palácio o Seminário ou Colégio de São João Baptista, do padre Fernando Tschernay, estando o edifício depois disponível para ser arrendado. Note-se que, entretanto, o domínio direto do terreno continuava a pertencer à família dos condes da Ega, aos quais pagavam foro do prazo os condes de São Lourenço e marqueses de Sabugosa. Em 26 de Abril de 1850, fez-se

<sup>7</sup> *Universo Pitoresco*, Vol. III, 1843-1844, p. 17.

um contrato entre o quarto conde da Ega, Antão José Joaquim de Saldanha e Albuquerque Matos Coutinho e Noronha (1794-1855), e Joaquim Antônio Marques, ourives, em que o segundo ficava na posse desse foro em troca de inscrições da Junta do Crédito Público, de valor equivalente<sup>8</sup>.

## O Palácio do «Conde de Monte Cristo»

No final de 1853, o palácio foi adquirido pelo financeiro e comendador Manuel Pinto da Fonseca (1804-1855), apelidado de «Monte Cristo» e considerado «o mais proeminente traficante de escravos do centro-sul do Brasil no tempo da ilegalidade» (Mesquita 2022: 123). Nasceu em Moure (Felgueiras), filho de Francisco Pinto Lemos e de Violante Ribeiro da Fonseca (1777 - c. 1865). Chegou ao Brasil em Setembro de 1825, tornando-se caixeiro da firma de Antônio Francisco Leite, no Rio de Janeiro. Terá depois criado uma sociedade com Luiz Gomes dos Santos, a firma Luiz Gomes dos Santos & Comp., fechada em Dezembro de 1834. Em 1835, associou-se aos irmãos mais novos, Antônio e Joaquim, e mais tarde também a Inácio, tendo sido desde então que a sua atividade começou a estar mais evidentemente associada ao tráfico de escravos. Na década de 40 já era notório como comerciante de escravos, tendo ascendido à «boa sociedade imperial», e tornando-se membro da Ordem III de São Francisco de Paula e, em 1844, comendador da Ordem da Rosa (Mesquita 2022: 125). Em 1849, casou-se com Maria José Pacheco da Fonseca, falecida pouco tempo depois (em 1850).

Com a legislação brasileira de criminalização do tráfico de escravos, nomeadamente a lei Eusébio de Queiroz, promulgada em Setembro de 1850, «a sorte do traficante estaria virando. Manoel Pinto da Fonseca tornou-se, em 1851, um dos maiores inimigos dos órgãos repressivos do Estado imperial» (Mesquita 2022: 139)<sup>9</sup>. Em Fevereiro, teve de regressar a Portugal, aonde chegou «com pompa de grande capitalista», comprando diversos imóveis em Lisboa e no Porto e fazendo também doações a estabelecimentos de caridade. Segundo João Pinto de Carvalho (Tinop), era um «cínico jouisseur que comia em baixela de prata Renascença, bebia chá em taças de ouro (...)», vivendo «com grande fausto no Palácio Palmela, no Calhariz» (apud Capela 2007: 230<sup>10</sup>).

De acordo com *O Ocidente*, «chegando do Brazil a Lisboa com uma riqueza colossal, no tempo em que o *Conde de Monte Christo*, de Dumas pae, tinha a voga (...), recebeu a alcunha de *Monte Christo*, o nome tomado por Edmundo Dantês (...))» (s.a. 1881: 148). Nas palavras de Camilo Castelo Branco, n' *O carrasco de Vitor Hugo José Alves*, eram as mulheres que o «cognominavam *O Conde de Monte Cristo*»

<sup>8</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Burnay, Administração Patrimonial, Documentos relativos à administração de Imóveis, Cx. 77.

<sup>9</sup> Note-se que, apesar de o tráfico de escravos ser ilegal desde 1830, ele continuou a existir. Pela Lei Feijó, de 1831, foram tornados livres os escravos importados de África; pela Lei Eusébio de Queirós, de 1850, foi abolida o tráfico internacional de escravos; mas a escravatura só foi abolida no Brasil em 1888, através da Lei Áurea. Cf., por exemplo, Gomes, Alessandro Martins. 2019. *A abolição da escravatura no Brasil e as leis imperiais sobre a escravidão (1831-1888): Perspectiva histórica*. Universidade de Évora (Tese de Doutoramento). No caso português, a extinção da escravatura deu-se em 1869, apesar de já existir antes legislação nesse sentido, datada de 1761, determinando o fim da escravatura em Portugal, mas não nas colónias.

<sup>10</sup> *Lisboa de Outrora*, 2.º Vol., Lisboa, 1938: 193.



**Fig. 2** Fachada principal do Palácio da Junqueira. Fotografia do autor. 2022.

(apud Capela 2007: 230). Em Portugal, restabeleceu a sua firma, fazendo negócios com empresas francesas e inglesas. Contudo, não conseguiu «comprar o título de Barão, devido à resistência de parte a nobreza portuguesa e a diplomacia britânica» (Mesquita 2022: 136)<sup>11</sup>. No final de 1853, Manuel Pinto da Fonseca adquiriu o Palácio da Junqueira, continuando a pagar o foro a Joaquim Antônio Marques, de acordo com a escritura lavrada em 14 de Junho de 1854<sup>12</sup>. Segundo Norberto de Araújo, terá alterado e ampliado o edifício: «transformou-o quase completamente, mesmo no exterior, que foi sensivelmente alterado, fazendo demoler muito da traça primitiva (...)» (Araújo 1946: 35).

<sup>11</sup> No jornal *O Nacional* (11.9.1851) anunciava-se que ele pretendia obter o título de conde, em troca de dinheiro aplicado em estabelecimentos de caridade. Cf. Capela 2007: 229.

<sup>12</sup> ANTT, Arquivo Burnay, Administração Patrimonial, Propriedades, Palácio da Junqueira, Aquisição do Palácio da Junqueira, Cx. 64, Doc. 41.

Exteriormente, as alterações terão sido sobretudo nas cúpulas das torres e na criação de um zimbório sobre a cúpula central [Fig. 2]: «Esta construção perdeu externamente o carácter antigo quando o seu proprietário Manuel Pinto da Fonseca ali

procedeu a grandes obras, destruindo por essa ocasião as coberturas ponteagudas dos quatro pavilhões» (s.a., 1928: 29). Por outro lado, terá sido no seu tempo que foram construídas as duas alas laterais do lado Norte, onde foram edificadas estufas, formando dois jardins interiores a este e oeste do corpo central — como se pode ver numa planta do palácio figurada no mapa de Lisboa de Filipe Folque (1800-1874), datado de 1856-1858. Mas, no essencial, continuaram a existir «quatro tourres e dois jardins», um a poente e outro a nascente, existindo a norte uma «porção de terra» com um lago. As alterações ocorreram certamente no interior, quanto mais não fosse no que toca a decoração, visto que foi em 1855 que houve uma primeira intervenção do estucador Rodrigues Pita na Sala de Baile, para onde este concebeu medalhões alusivos à Música. Nos estuques, nesta fase, participou também José Moreira, o *Francês*, tendo como ajudante Antônio de Amorim (Leite 2018: 154).

Da passagem de Manuel Pinto da Fonseca pelo palácio terá ficado também uma decoração do teto do escritório, com pinturas de paisagens, uma delas figurando o palacete da Quinta do Relógio<sup>13</sup>, que o negociante adquirira, em 1854, ao Conde de Redondo, José Luís de Sousa Coutinho Castelo Branco de Sousa e Menezes (1797-1863). O edifício, em estilo neo-árabe, foi desenhado pelo arquiteto Antônio Manuel da Fonseca Júnior (1822-1894). Segundo um artigo de Inácio de Vilhena Barbosa (1811-1890), no *Arquivo Pitoresco*<sup>14</sup>, esta quinta, com a sua «elegante» casa, estava, em 1864, na posse dos herdeiros de Manuel Pinto da Fonseca, nomeadamente do irmão Antônio, visto que, em 1881, a quinta pertencia à sua viúva, Capitolina da Silveira Viana (1840-1922)<sup>15</sup>. Conta-se na *Ilustração Portuguesa* que foi nesta propriedade sintrense que o rei D. Carlos (1863-1908) e a rainha D. Amélia (1865-1951) passaram a Lua de Mel — tendo o casamento sido realizado em 1886 (s.a. 1906: 248).

Pinto da Fonseca morreu em Paris, em 20 de Agosto de 1855. Com testamento feito em 1853, grande parte da sua fortuna foi herdada por sua mãe, Violante Ribeiro da Fonseca, deixando também dinheiro para caridade. Os seus irmãos, igualmente herdeiros, tinham-se inserido na vida comercial do Porto, sobretudo na atividade bancária, estando ligados à fundação da casa FONSECAS & VIANA<sup>16</sup>.

## O Palácio de D. Sebastião de Bourbon

No ano de 1865, o palácio foi adquirido por D. Sebastião de Bourbon (1811-1875), neto do rei D. João VI (1767-1826). Trata-se de uma personagem sobretudo ligada à história de Espanha. Nascido no Rio de Janeiro, era filho do infante espanhol

<sup>13</sup> Sobre este tema, ver Anacleto 1992, Vol. I: 698-702.

<sup>14</sup> *Arquivo Pitoresco*, Vol. VII, 20, 1864: 154.

<sup>15</sup> *O Ocidente*, 91, 1 de Julho, 1881: 148.

<sup>16</sup> A casa bancária FONSECAS, SANTOS & VIANA foi constituída em 1861, pelos negociantes Antônio Pinto da Fonseca, Joaquim Pinto da Fonseca, Carlos Ferreira dos Santos Silva e Francisco Isidoro Viana, com sede em Lisboa.

Pedro Carlos de Borbón y Braganza (1786-1812) e de D. Maria Teresa de Bragança (1793-1874), princesa de Beira. Depois do estabelecimento do reinado de Fernando VII (1784-1833), em Espanha, foi viver com sua mãe para o Palácio Real de Madrid. A sua educação incluiu a aprendizagem de desenho, pintura e música, e, segundo o historiador contemporâneo Antonio Pirala (1824-1903), foi «mãis propia de la clase media que de un príncipe». Foi colecionador de pintura, formando uma notável pinacoteca, tendo sido um dos primeiros colecionadores espanhóis da obra gráfica de Goya (1746-1828). Casou, em 1832, com María Amalia de Borbón (1818-1857) e, em 1833, jurou lealdade à rainha Isabel II (1830-1904), como sucessora de Fernando VII. Contudo, por influência de sua mãe, entretanto casada com Carlos María Isidro de Borbón (1788-1845), acabou por ir viver para Itália e aderir à causa carlista. Falecida a sua mulher, em 1857, regressou a Espanha, jurando novamente fidelidade à rainha Isabel II e casando em segundas núpcias com María Cristina de Borbón (1833-1902). Instalou-se num palacete da *calle* de Alcalá, onde tinha um gabinete fotográfico, e por lá passou parte da sociedade aristocrática, científica e cultural do seu tempo. Contudo, com a perda do trono de Isabel II, em 1868, voltou a viver exilado, indo viver para Pau, em França, onde faleceu em 14 de Fevereiro de 1875 (cf. Gómez s.d.).

Consequentemente, pouco ou nada usufruiu, que se saiba, do Palácio da Junqueira, sendo de crer que, se o fez, foi entre 1865 e 1868. Sabe-se que durante este período viveu no palácio o embaixador de Espanha, D. Alejandro de Castro (1812-1881), político que contribuiu para o estabelecimento do regime constitucional em Espanha, e que fora ministro da Coroa no reinado de Isabel II, ministro do Estado no reinado de Afonso XII (1857-1885) e embaixador em Roma e Lisboa<sup>17</sup>.

O edifício foi leiloado em 1879, pelos herdeiros de D. Sebastião, tendo a sua venda sido anunciada simultaneamente em Madrid e Lisboa. Foi realizada uma peritagem, para decidir o preço de base da licitação, que ficou em 72 000 reis. Na falta de compradores seguiu-se uma nova peritagem, em 1880 (descendo para 40 000 reis), justificada por ser «uma propriedade difícil de arrendar por ser huma habitação principesca» (Matos 2003: 42). Ainda sem ser adquirido o edifício, fez-se ainda uma última peritagem, em 1881, ficando a base de licitação no valor de 30 000 reis. Na descrição do palácio, é de notar a referência ao mirante sobre a cúpula central:

O pavimento térreo é dividido em 19 compartimentos, duas cosinhas, duas casas que podem servir para coxeira e cavalheriça, um palheiro e outra casa para arrecadação, sendo o maior número colocado por baixo dos dois terraços que estam de nível com o pavimento nobre e na parte para a dita rua [da Junqueira]; duas escadas particulares e uma principal com servidão pela porta do número acima dito [na altura, n.º 135, hoje n.º 86]. Além desta há mais cinco

<sup>17</sup> Sobre esta personagem cf. «Exmo. Sr. D. Alejandro de Castro», in *La Ilustracion Española y Americana*, 15 de Julho, 1881: 19.

portas para a rua. O pavimento nobre é dividido em três corpos, onde são situados 18 compartimentos, tais como salhões, salas, gabinetes, quatro casas de jantar e duas galerias envidraçadas, escada principal já referida e outra particular de serventia para o outro pavimento situado por cima, para os quatro torriões angulares e para o torrião do corpo central aonde se encontra um mirante. Os corpos centrais são ligados com o central por meio de duas galerias envidraçadas em forma de estufa e divididas em 11 casas pequenas (...)¹⁸.

São de salientar as «duas galerias envidraçadas em forma de estufa», ligando os corpos laterais ao central, que serão do tempo do «Monte Cristo», mas que julgamos que seriam posteriormente transformadas no tempo do Conde de Burnay, quando adotaram a configuração atual.

## O Palácio Burnay

Henri Burnay (ou Henry Burnay) (1838-1909) nasceu em Lisboa, sendo a sua família oriunda de Bovigny, no Luxemburgo belga¹⁹. Foi seu pai o médico Henry Burnay (1810-1866) e sua mãe Lambertine Forgeur Burnay (1806-1873). Adotou inicialmente a nacionalidade belga, mas em 1886 requereu ao conselheiro José Luciano de Castro (1834-1914) que lhe fosse passada uma carta de cidadão português, o que conseguiu, visto ter nascido em Portugal e não estar ao serviço de uma Nação estrangeira. A 7 de Agosto do mesmo ano, D. Luís (1838-1889) concedeu-lhe o título de primeiro conde de Burnay, que passou depois para a sua família por via varonil. Em 1863, casou com D. Maria Amélia de Carvalho (1847-1924), de cujo casamento nasceram 11 filhos, um deles falecido pouco depois do nascimento.

Henri Burnay ficou na história de Portugal como um importante homem de negócios, com atividades comerciais e financeiras e investimento na indústria, mantendo uma relação próxima com as elites políticas. Fez os seus primeiros estudos no Colégio Luso-Britânico, tendo entrado para a vida comercial aos 17 anos, como caixeiro numa loja da viúva de seu avô paterno. Aos 20 anos já trabalhava por sua conta e aos 22 fez a sua primeira viagem comercial. Passou pelos escritórios de Eugénio Larouy, criando relações valiosas que lhe permitiram estabelecer-se como negociante e banqueiro. Representante de uma casa de negócios na Rua dos Fanqueiros em Lisboa, relacionou-se também com Heitor Guichard, representante da mesma casa no Porto. Com ele se lançou em algumas empresas, entre as quais a participação na Exposição Universal do Porto (1865), representando ambos a secção belga. Após o encerramento, Burnay e Guichard fizeram uma escritura de arrendamento do Palácio de Cristal, onde inicialmente foi aberto um bazar (s.a. 1890: 8-10).

¹⁸ Cf. Peritagem assinada por Francisco da Silva Gil, citado por Giulia Rossi Vairo, in Matos 2003: 41-42.

¹⁹ Sobre Henri Burnay, ver os capítulos de Maria Filomena Mónica e de Giulia Rossi Vairo, in Matos 2003.

Gradualmente começou a aparecer à frente de muitas empresas e companhias. Em Lisboa, estabeleceu a casa Henry Burnay & C.<sup>a</sup>, consolidando uma grande fortuna pessoal. Graças às suas aptidões financeiras, foi intermediário de diversos empréstimos contraídos pelo Governo Português no estrangeiro. Desde 1882 foi sócio honorário da Associação Comercial do Porto. Participou na empresa de exploração de Caminhos de Ferro, nomeadamente de Salamanca, Beira-Baixa, Ramal de Viseu e Foz-Tua-Mirandela (1882-1894). Interveio ainda na Companhia de Tabacos de Portugal e na Companhia Lusitana de Tabacos. Comprou o *Jornal do Comércio*, que entregou à direção do seu irmão Eduardo Burnay (1852-1924), de modo a ter um instrumento de defesa para os seus negócios contra os ataques que lhe eram dirigidos na imprensa (Giulia Rossi Vairo, in Matos 2003: 30).

Em 1880 comprou a Quinta do Marquês de Borba, a Santa Marta, tendo fundado uma companhia que ali iniciou a construção do Bairro Camões<sup>20</sup>. Contribuiu para a realização dos festejos dos Centenários de Camões (1880), de Pombal (1882) e do Santo António (1895).

Por ocasião do último festejo fundou em Lisboa o Instituto de Beneficência, denominado Albergue ou Vila de Santo António (onde hoje fica o Museu de Macau). Adquiriu o Hotel Central de Lisboa e remodelou-o por completo. Em Vernet-les-Bains, nos Pirenéus, comprou um terreno onde fez edificar o Grande Hotel de Portugal. No que respeita aos bens imobiliários, seguimos as palavras de Nuno Lima (2009):

O imobiliário de Henry Burnay caracterizava-se pela elevada importância assumida pelos bens urbanos e pela sua significativa concentração patrimonial no concelho de Lisboa (c. 98% da avaliação dos bens de raiz), com especial incidência para a Rua da Junqueira, e tomando como pólo central o palácio onde residia a família Burnay. Além de vários outros prédios em Lisboa, Burnay não dispensava a fruição lúdica de outros espaços, sendo proprietário da famosa quinta das Laranjeiras e de uma casa apalaçada na praia da Granja, concelho de Gaia, onde a família veraneava, e que era frequentada pela família real.

Acresce nesta lista o Palácio dos Condes de Povolide, às Portas de Santo Antão<sup>21</sup>, que teve obras, mesmo depois de Burnay já residir na Junqueira<sup>22</sup>. Trata-se de um palácio seiscentista, adquirido por Burnay, que o mandou transformar radicalmente em 1886-1887. Burnay terá desistido de habitar este edifício, optando pela Junqueira, e arrendou-o ao Ateneu Comercial, que aí se instalou em 1895.

Em 1882, Henri Burnay adquiriu o Palácio da Junqueira<sup>23</sup> e nele empreendeu uma significativa campanha de obras e de enriquecimento artístico. Segundo Giulia Vairo (in Matos 2003)<sup>24</sup>, existiram duas principais campanhas de obras, a primeira

<sup>20</sup> Sobre este tema ver: Silva e Elias 2022: 18-46.

<sup>21</sup> Sobre este tema ver: Villaverde 1997 e Villaverde 2006.

<sup>22</sup> Em 1894-1895, Domingos António da Silva Meira e Francisco Enes Meira tinham escritório na Rua Rosa Araújo 25 e oficina no n.º 334 da Rua do Salitre ao Rato, como consta de um recibo relativo aos trabalhos de estuque realizados no palacete do Conde Burnay «no valor de cento e onze mil réis como última prestação e saldo da empreitada de quatrocentos e onze mil réis relativa aos trabalhos de estuque que o Mestre havia feito no 1.º pavimento do palácio do Conde sito à rua de Santo Antão». In Leite 2018: 55.

<sup>23</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Burnay, Administração Patrimonial, Propriedades, Palácio da Junqueira, Aquisição do Palácio da Junqueira, Cx. 64, Doc. 44/45, «Palácio da Junqueira, Sentença de Arrematação do Palácio», 1882.

<sup>24</sup> Ver também a tese de mestrado de Giulia Rossi Vairo 2001.



**Fig. 3** Escadarias de entrada, Fot. João Coutinho, *Álbum Palácio Conde Burnay à Junqueira*, 1933, in *A Casa Senhorial* [<https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/fotografia/434-album-palacio-do-conde-de-burnay-1933>], cons. 21 de Junho de 2024.

entre 1884 e 1889 (data da inauguração da capela) e a segunda em 1897 (campanha de restauro entregue a Antônio Pio dos Santos).

É de 1882 e 1884 a obra decorativa atribuída a Pierre Bordes (1825-1884), em colaboração com o seu discípulo Eugénio Cotrim (1849-1937)<sup>25</sup>, possivelmente com uma segunda intervenção de Cotrim já no séc. XX. Esta decoração merece destaque, pois foi realizada nas paredes e no teto da escadaria principal, pintados em *grisaille*, dentro de um gosto renascentista e barroco [Fig. 3]. Entre os vários elementos decorativos estão dois grandes medalhões, com a representação de Minerva, no lado direito, e Mercúrio, no lado oposto, simbolizando a Indústria e o Comércio, duas atividades em que assentou o império financeiro de Burnay (cf. Mendonça 2018).

Data de 1886 a decoração de José Malhoa (1855-1933)<sup>26</sup> para a Sala de Jantar, apresentando uma composição com meninos alados e frutos, à maneira dos *plafonds* setecentistas<sup>27</sup>, cujo estudo o pintor apresentou em 1887 na sétima exposição do Grupo do Leão (Saldanha 2006: 360). Esta pintura tem semelhanças com outras realizadas pelo pintor, nomeadamente, por exemplo, a *Apoteose da Lagosta*, pintada em 1905, para a Cervejaria Leão de Ouro.

De 1895 é a decoração dos italianos Carlo Grossi (1857-1931)<sup>28</sup>, pintor ligado à Arte Nova, e Paolo Sozzi (1862-1937), escultor. Estes eram residentes e ativos em Milão, conhecendo pessoalmente o conde por o terem encontrado em anteriores estadas em Lisboa, provavelmente em 1894, quando terão colaborado na decoração de um teatro<sup>29</sup>.

<sup>25</sup> Pierre Bordes era discípulo de Paolo Pizzi, artista que trouxe para Portugal a técnica da pintura ilusionista de claro-escuro. De nacionalidade francesa, Bordes veio com Pizzi para Portugal, em 1853, tendo ambos trabalhado na decoração do Palácio da Pena e de vários edifícios do Porto. Bordes estabeleceu-se em Lisboa, tendo recebido numerosas encomendas, que incluíram a decoração dos Paços do Concelho (1875-1879). Neste trabalho, colaborou com diversos artistas portugueses, sobretudo o seu discípulo Eugénio Cotrim, que foi depois autor de diversas decorações, por exemplo, no Palácio da Ajuda e de Belém, etc. Cf. Mendonça 2018.

<sup>26</sup> José Malhoa foi um pintor ligado ao Naturalismo e um dos fundadores do Grupo de Leão, em 1880. Dedicou-se sobretudo à paisagem, mas também se destacou no retrato, na pintura de género e na decorativa, sendo exemplo, além do Palácio Burnay, o Palacete Lambertini. Cf. Saldanha 2006.

<sup>27</sup> Trata-se de uma decoração que recorre ao efeito de *trompe l'oeil*, dentro de um gosto ilusionista, desenvolvido sobretudo no período barroco. Sobre este tema, para o século XVIII, são de citar os vários trabalhos de Magno Moraes Mello (ver Bibliografia).

<sup>28</sup> Pintor italiano, nascido em Capri, que se dedicou à pintura de paisagem e de natureza morta, mas também à cenografia e decoração, tendo realizado a decoração do Teatro D. Amélia, em Lisboa (1893-1894). Cf. Braglia e Borsari 2002).

<sup>29</sup> Cf. Braglia e Borsari 2002.

Outro artista que colaborou na decoração deste espaço foi o espanhol Emílio Ordoñez<sup>30</sup>, com a pintura do teto do teatro. O pequeno teatro tem um pòrtico de entrada de características barrocas, onde surgem colunas espiraladas e frontão com concheados, e ao centro uma pedra de armas ornada por paquife, festões e volutas. O teto de Ordoñez apresenta uma pintura em *trompe l'oeil*,

formando um fundo de firmamento e nuvens rosadas, onde evoluem vários anjos a executar instrumentos musicais, que envolvem um busto pètreo feminino, assente em três degraus e plinto, onde se inscreve uma lira, povoado por vários anjos que sustentam instrumentos, pautas musicais e uma coroa de louros, criando uma alegoria à Música; encontra-se rodeada por roseiras (cf. Vale et al.: 1994-2007).

O investimento de Burnay no seu palácio também ocorreu no jardim, tendo adquirido uma palmeira já adulta que para lá foi transportada por oito juntas de bois, sendo esse acontecimento notícia na época, com direito a reportagem fotográfica de Francesco Rocchini (1821-1893)<sup>31</sup>. A este propósito citamos um artigo de *Os Pontos nos ii*, de 1888, onde se fala de Burnay, do palácio e do jardim, com a famosa palmeira, a propósito de uma *kermesse* então realizada:

Assim, não admira absolutamente nada que Lisboa em peso fosse jardinar para o jardim do sr. conde de Burnay (...).

(...) o indígena subia pachorrentamente até o alto do formoso parque, trepava lá acima ao mirante chinês, e punha-se d'alli a contemplar todo o esplendor da formosa vivenda, o poetico lago, as ruas caprichosamente bordadas, a estufa sumptuosa, a deliciosa cascata, a opulenta palmeira, o palacio principesco, em summa, todo aquelle conjuncto magestoso de bom gosto e de magnificencia, de arte e de dinheiro, de finura e de... *finura*... E, sempre com a preocupação nas sortes, em que gastára todo o seu dinheiro, o indígena murmurava, referindo-se ao dono da casa:

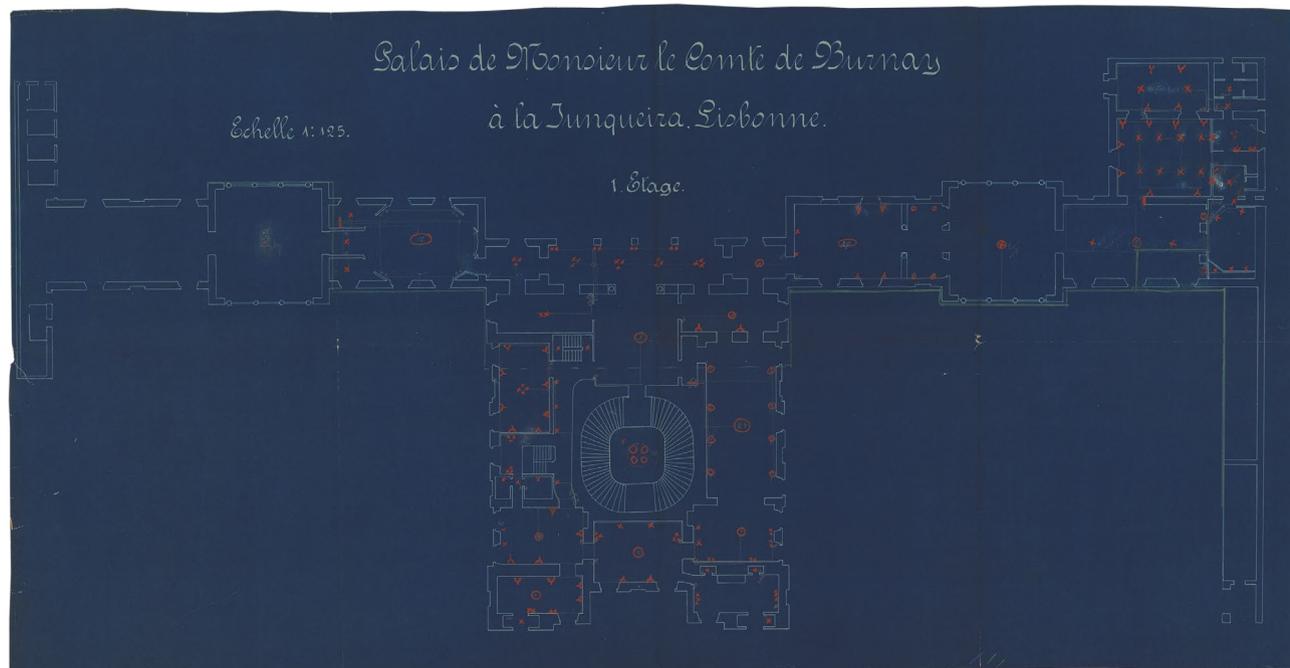
— Este homem sempre tem tido muita *sorte*!... (Pinto: 1888, 586).

Entre as obras realizadas no tempo de Burnay, devemos mencionar ainda a ala oriental, na qual mandou construir uma capela [Fig. 4]. No Arquivo Municipal de Lisboa guarda-se o processo de obra, onde se encontra o projeto para a capela, aproveitando uma construção pré-existente, na Travessa do Conde da Ribeira<sup>32</sup>. Posterior (24 de Setembro de 1900), mas relacionado, é um projeto de «continuação da estufa», com frente para a mesma travessa, que apresenta uma construção envidraçada do lado do jardim, abrindo uma janela em ferro forjado para a Rua da

<sup>30</sup> Artista espanhol ativo em Lisboa no final do século XIX e início do século XX que esteve envolvido em várias campanhas decorativas. No Palácio das Laranjeiras (na posse de Burnay desde 1903), compôs a pintura do teto da Capela; mas também foi autor de pinturas decorativas no Palácio Sotto Mayor (1906, Lisboa), no Palacete Contreiras e na Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha. Note-se que esta casa pertenceu, desde 1902, ao Visconde de Marco, Carlos Alberto Soares Cardoso (1863-1936), casado, em 1897, com Carolina de Carvalho Burnay (1866-1949), filha de Henri Burnay. Cf. Marques e Braga, no prelo.

<sup>31</sup> Fotografias existentes no Arquivo Municipal de Lisboa.

<sup>32</sup> Arquivo Municipal de Lisboa, Processo de Obra N.º 3941, «Projecto das alterações que dezeja mandar fazer o Ex.mo Sn.r Conde Burnay no Palacio que possui ao Norte da rua da Junqueira tornejando para a travessa do Conde da Ribeira», 1888; e «Projecto d'alteração que dezeja mandar fazer o Ex.mo Sn.r Conde Burnay na caza em construção com frente para a travessa do Conde da Ribeira freguezia de S. Pedro em Alcântara», 1888.



Junqueira [Fig. 5]. Este novo corpo fechava o terraço do lado oriental, começando na Rua da Junqueira e terminando na capela<sup>33</sup>, sendo uma construção hoje alterada, na medida em que a capela deixou de existir [Fig. 6]<sup>34</sup>.

Data de 1 de Junho de 1889 a Bênção da Capela pública com a invocação de Nossa Senhora (do Rosário), pelo Arcebispo Vincenzo Vannutelli (1836-1930), Núncio Apostólico na Corte Portuguesa<sup>35</sup>. Em 26 de Novembro de 1890, na capela, deu-se o casamento de Ventura Luís de Macedo com Carolina Burnay (1867-1949). Voltamos agora à questão das estufas [Fig. 7], mencionadas na descrição do palácio de 1881. De facto, serão anteriores ao Conde de Burnay, mas julgamos que é provável que tenham sido alteradas no seu tempo. Lembremos que ele foi arrendatário do Palácio de Cristal do Porto, desenhado pelo arquiteto inglês Thomas Dillen Jones (1819-1869), em 1865. É de realçar a semelhança entre a cobertura em ferro e vidro existente nesse edifício portuense e as duas estufas existentes no Palácio Burnay, visíveis na fachada voltada para os jardins. Essas estufas, assim como a galeria envidraçada que une as alas oeste e este do palácio, igualmente voltada para o jardim, estão assinaladas na planta de Lisboa de Silva Pinto, elaborada entre 1904 e 1911.

Resta ainda lembrar alguns eventos decorridos no Palácio, pois eram grandiosas as festas e bailes que o Conde de Burnay costumava realizar, reunindo representantes de relevo da sociedade portuguesa, que incluíam membros da família real

Fig. 4 Planta do “Palais de Monsieur le Comte de Burnay à la Junqueira, Lisbonne. I. étage”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Burnay, Actividade patrimonial, Propriedades rústicas e urbanas, Plantas planimétricas e topográficas, Palácio da Junqueira, pt. 2, doc. 1, Ref. PT/TT/HB/C-1/1/2/1.

<sup>33</sup> Arquivo Municipal de Lisboa, Processo de Obra N.º 3941, Processo N.º 5595, folha 2, «Projecto para a continuação da estufa no palácio do Ex.mo Sn.r Conde de Burnay no Palacio na rua da Junqueira com frente para a travessa do Conde da Ribeira Freguezia de S. Pedro em Alcântara», 1900.

<sup>34</sup> Em estilo neomanuelino, com uma decoração que remete para a igreja de Nossa Senhora do Pópulo, das Caldas da Rainha, esta capela possuía retábulos de talha dourada que terão sido adquiridos por Henri Burnay para a sua coleção. Um desses retábulos foi depois adquirido pelo colecionador António Medeiros e Almeida, tendo feito parte do oratório privado do seu palacete e estando hoje colocado no oratório do Museu. Cf. Ferreira 2022.

<sup>35</sup> Informação partilhada por Rui Mesquita Mendes.

**Fig. 5** Fachada do Palácio da Junqueira, Fot. João Coutinho, *Álbum Palácio Conde Burnay à Junqueira*, 1933, in *A Casa Senhorial* [<https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/fotografia/434-album-palacio-do-conde-de-burnay-1933>], cons. 21 de Junho de 2024.



**Fig. 6** Capela do Palácio da Junqueira, Fot. João Coutinho, *Álbum Palácio Conde Burnay à Junqueira*, 1933, in *A Casa Senhorial* [<https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/fotografia/434-album-palacio-do-conde-de-burnay-1933>], cons. 21 de Junho de 2024.



**Fig. 7** 'Palácio Burnay, Lado Norte'. c. 1865-1895, Fot. Francesco Rocchini. Museu de Lisboa. ML.FOT.3750.37.



(Vairo in Matos 2003: 35). Em Maio de 1888, ocorreu o primeiro baile, descrito minuciosamente na imprensa, nomeadamente pela pena do escritor Gervásio Lobato (1850-1895):

na noite de 12 do corrente, desde as 10 horas até á meia noite, centenaes de carruagens iam para a Junqueira, levando para o palacio do conde de Burnay tudo o que ha de mais distincto e notavel em Lisboa. (...) E todos os convidados que iam já dispostos para assistir a um espectáculo unico, (...) entravam no palacio do conde de Burnay e ficavam como que assombrados.

O deslumbramento excedia todas as previsões: a realidade estava muito além das mais opulentas phantasias.

Tendo ao meu dispor muito tempo e alguma memoria, (...) eu poderia inventariar aqui as maravilhas artísticas, que se accumulavam nas salas, galeria, corredores e escadas do palacio do conde de Burnay.

Gervásio Lobato dizia também que durante a festa: «Uma das estufas, a que serve de sala de teatro, fôra transformada em sala de bufete; (...). Ao fundo, o palco do teatro servia de horto onde se ostentavam os mais vistosos arbustos (...)». Acrescentava: «É desde que o baile começou até que elle findou, desde as 9 horas e meia da noite até ás 6 horas da manhã, o buffete esteve aberto (...)» (Lobato 1888: 116-8).

Devemos esclarecer que no *Diário Ilustrado* (s.a. 1888, 3), no qual também foi feito largo registo do evento, confirmava-se que o bufete fora disponibilizado na sala do teatro, mas este não ficava numa estufa — era a estufa que dava «ingresso» para essa sala. Acresce que a dita estufa «estava copiosamente iluminada a luz eléctrica e adornada com enormes blocos de gelo nos cantos». Este jornalista relatava que a festa terminara às sete horas da manhã com missa na capela.

Acerca das festas, devemos igualmente mencionar as *garden-parties* que Burnay dava nos jardins da sua casa, cujos convites eram «imensamente cobiçados» (Mônica 1987: 840), sendo exemplo uma *garden-party* dada em 1904, em honra da atriz Julia Bartet (1854-1941).

Importa por fim aludir a uma descrição de 20 de Abril de 1909, n' *O Ocidente*:

O seu palacio da Junqueira era habitação de um nababo, a riqueza emparelhava com a arte, as suas salas eram museus de coisas preciosas e artisticas. As festas com que recebia os seus convidados eram recepções principescas num palacio de fadas (...) (s.a. 1909: 86-87).

Vinha esta nota a propósito da notícia da morte do Conde de Burnay, ocorrida em 29 de Março, no Palácio da Junqueira.



**Fig. 8** Corpo torreado da ala oriental. Fotografia do autor. 2024.

## O Palácio depois de Burnay

De acordo com o testamento do Conde de Burnay, realizado em 1907, o palácio passou para a sua mulher, Maria Amélia de Carvalho, falecida em 12 de Julho de 1924. No ano de 1931, foi criada a Comissão Liquidatária da Herança da Condessa de Burnay, instituída por escritura pública. Em 1934, foi publicado o *Catálogo* das peças a leiloar, sendo o recheio vendido (1936) e em parte adquirido pelo Estado e enviado para o Museu Nacional de Arte Antiga, «ficando desde então destroçados os interiores que, a despeito de não possuírem carácter próprio, unidade e ligação com a história da casa, eram admiráveis» (Araújo 1936).

Em 1940, o palácio foi adquirido pelo Ministério das Colónias, que nele empreendeu obras de restauro. Uma das obras incidiu na ala oriental, sendo demolida a capela e substituída a janela em ferro forjado da galeria por uma janela com moldura clássica, semelhante às do restante edifício [Fig. 8]. No ano de 1942 realizaram-se também os restauros das pinturas dos tetos e das paredes, obra que ficou a cargo de Conceição e Silva (1922-1982) (Cortez 1994: 484).

Em 1944, aqui se instalou o Conselho Superior do Império Colonial, Conselho Técnico de Fomento Colonial, Junta das Missões Geográficas e Inspeção Superior de Administração Colonial. No ano de 1995, foram cedidas duas salas do piso inferior ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, fazendo-se, em 1997, um restauro do «Teatrinho» (Vale et al. 1994-2007). Também aqui esteve instalada a Universidade Aberta entre 2008 e 2011, sendo que as obras de adaptação foram mínimas. No ano de 2018, o edifício fechou portas como Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ficando em progressivo estado de abandono.

## Considerações Finais

O edifício do Palácio Burnay é um exemplo do que tem sucedido com outros edifícios de Lisboa, mesmo quando classificados e detentores de uma elevada carga patrimonial. Na mesma rua existem outros casos semelhantes, nomeadamente, e de forma mais flagrante, o da Quinta das Águas<sup>36</sup>. Acresce, neste panorama, o facto de o edifício se localizar na Rua da Junqueira, cujo vínculo ao património de Lisboa tem longa data. Nesse sentido se explica a polémica gerada no início dos anos 20 (do século XX) sobre a alteração do nome da rua para Rua de D. João da Câmara (1852-1912) (que vivera nesta rua, no Palácio dos Condes da Ribeira). Esta explica-se num livro de Artur Lamas (1922: 6), reunindo cartas publicadas na imprensa da época:

<sup>36</sup> A Associação Fórum Cidadania Lisboa também tem alertado para esta questão, tendo publicado um comunicado, no seu *site*, sobre o «Estado caótico dos palácios de Lisboa — pedido de esclarecimentos a CML e aos MF e MC», em 15 de Junho de 2023. Cf. Cidadania Lx 2023.

Não é contra a homenagem ao glorioso escritor que os junqueirenses protestam: D. João da Câmara merecia até que se fizesse uma larga, grande e bem ajardinada avenida, só para a ela ser dado o seu nome. É simplesmente contra a mudança de um nome que está gravado em nossos corações, que nós, os junqueirenses, protestamos. Não há para nós rua mais bela em toda a cidade! (...).

No caso do Palácio Burnay, este é um edifício que pertence ao Estado, mas, estando desocupado, acaba por ser alvo de atos de vandalismo, muito embora o facto de estar desocupado seja, só por si, um fator que acelera a degradação. Além do edifício, é igualmente de considerar a preservação da decoração interior, nomeadamente estuques e pintura mural, mas também a presença de um teatro particular, as estufas e o jardim.

A questão da defesa patrimonial do palácio também não é recente. Uma notícia do *Diário de Lisboa*, de 3 de Novembro de 1978, dava conta de que, devido a obras de adaptação para instalação da Junta de Investigação Científica, o antigo palácio estava «a ser despejado das estátuas, das árvores exóticas e do lago que ornavam o jardim fronteiro à rua, aliás um dos mais belos do seu género, em Lisboa». Existe um projeto, do arquiteto José Luís Amorim (1924-1999), para escavação dos jardins dos terraços, tendo sido isto o que suscitou o problema. A situação motivou um protesto da Câmara Municipal, que alegou não ter sido consultada, dirigido ao primeiro-ministro, assinada por Manuel Ataíde Ferreira (1937-2015), presidente substituto em exercício<sup>37</sup>. O processo passou também pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que se justificou perante a Direcção-Geral do Património Cultural, alegando que o edifício não estava classificado e justificando as alterações no interior para melhorar a iluminação, sobretudo no piso inferior. Este processo resolvia também questões de humidade e salvaguardava que o jardim posterior seria aquele que era necessário preservar<sup>38</sup>.

Perante este cenário, hoje mais grave que em 1978, é importante referir que o Palácio Burnay é um edifício que importa ser preservado, dentro do conjunto da Rua da Junqueira. A salvaguarda do seu exterior enquadra-se, necessariamente, na preservação dos «conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas»<sup>39</sup>, defendida na Carta de Atenas, de 1931. Contudo, mesmo não estando em causa a preservação exterior do Palácio, pois é um edifício classificado, deverá reforçar-se junto das entidades competentes a importância de este vir a ter uma rápida recuperação e reutilização, para evitar o avanço da degradação. Por outro lado, também se deve salientar a necessidade da preservação dos interiores oitocentistas, das estufas e do jardim. Entramos assim na questão da salvaguarda da

<sup>37</sup> Arquivo Municipal de Lisboa, Processo de Obra N.º 3941, Processo 2153&1978, folhas 9 e 10, Ofício 103/DAU/78, 8 de Novembro de 1978.

<sup>38</sup> Arquivo Municipal de Lisboa, Processo de Obra N.º 3941, Processo 54/OB/1979, folhas 25/27, 18 de Outubro de 1978.

<sup>39</sup> Serviço Internacional de Museus (1931). Carta de Atenas, Ponto III, in Barranha 2016: 67.

Integridade: «o carácter completo ou intacto de um lugar, incluindo o seu significado e o seu sentido, conjuntamente com todos os atributos materiais e imateriais inerentes ao respectivo significado cultural.»<sup>40</sup>

## Agradecimentos

Agradeço a Rui Mesquita Mendes, Susana e Pedro Flor pela ajuda prestada na investigação; e a Hélder Carita, Maria de Lurdes Baptista e ao Museu de Lisboa pela cedência de imagens.

<sup>40</sup> ICOMOS (1993-2010) *New Zealand charter for the conservation of places of cultural heritage value*, Definitions in Barranha 2016: 48-9.

## Referências Bibliográficas

### Fontes de Arquivo

Arquivo Municipal de Lisboa, Processo de Obra N.º 3941.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Burnay.

### Bibliografia

Anacleto, M. R. D. B. T. 1992. *Arquitetura neomedieval portuguesa, 1780-1824*.

Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra, Coimbra.

Araújo, N. de. 1946. «Palácio Burnay». *Inventário de Lisboa*, 4, 35-38.

Barbosa, I. de V. 1864. *Arquivo Pitoresco*, Vol. VII, 20.

Barranha, H. (org.). 2016. *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press, ICOMOS-Portugal.

Braglia, G. M. e Borsari, P. 2002. «Carlo Grossi. Pittore liberty tra Emilia e Lombardia (1857-1931)». Comune di Carpi: Musei di Palazzo Pio.

Capela, J. 2007. *Dicionário de negreiros em Moçambique, 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Carvalho (Tinop), J. P. de. 1938. *Lisboa de outrora*, Vol. II. Lisboa: Grupo de Amigos de Lisboa.

Castro, J. B. de. 1763. *Mapa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Of. Patriarcal de Francisco Luís Ameno.

*Catálogo dos quadros, objectos de arte, porcelanas e mobiliário que pertenceram aos 1os Condes de Burnay e a cujo leilão se procederá no Palácio da Junqueira em 1934*. Of. Gráfica. 1934.

Cortez, M. do C. 1994. «JUNQUEIRA (Rua da)», in *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 482-490.

*Diário da República*, 1.ª série, 47, 26 de Fevereiro, 1982.

Ferreira, S. 2022. «Gold and blue in Philadelphia. Robert C. Smith and the Installation of the “Portuguese Chapel” at the Samuel S. Fleisher Art Memorial». *Riha Journal*, 279. DOI: <https://doi.org/10.11588/riha.2022.1.91952>.

- França, J.-A. 1990. *A arte em Portugal no século XIX*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Gomes, A. M. 2019. *A abolição da escravatura no Brasil e as leis imperiais sobre a escravidão (1831-1888): Perspectiva histórica*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora, Évora.
- Lamas, A. 1922. *A Rua da Junqueira, cartas compiladas e anotadas*. Tip. do Comércio.
- Leite, A. 2018. «A arte do estuque, o tempo dos mestres». *P&C*, 64 (Janeiro-Junho).
- Lima, N. M. 2009. «Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista». *Análise Social*, 192, 565-588.
- Lobato, G. 1888. «O baile dos Snrs. Condes de Burnay». *O Ocidente*, 339, 116-118.
- Marques, G. e Braga, S. 2024 (no prelo). «Dos “Quintelas” aos Burnay: Os ciclos de pinturas de teto do Palácio das Laranjeiras». *Laranjeiras: palácio e outras casas dos Quintela-Farrobo*. Lisboa: EMEC/Autónoma Edições.
- Martinez de Velasco, E. 1881. «Excmo Sr. D. Alejandro de Castro». *La Ilustracion Española y Americana*. 1881.
- Matos, M. A. P. (coord.). 2003. *Henri Burnay: De banqueiro a colecionador*. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.
- Mello, M. e Serrão, V. 1995. «A pintura de tectos de perspectiva arquitectónica no Portugal jaoanino». *Cadernos de História*, 1, 34-44.
- Mello, M. M. (org.). 2020. *Arte e Ciência: o triunfo do ilusionismo na arte barroca*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Mendonça, I. M. G. 2018. «Do Rei D. Fernando II ao Presidente Sidónio. A pintura de claro-escuro em palácios da região de Lisboa — Paolo Pizzi, Pierre Bordes, Eugénio Cotrim». *Actas do III Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores*. Porto: Universidade Católica Editora — Porto CITAR — Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, 177-192.
- Mesquita, J. M. 2022. «“Comerciante *par excellence*”: o mercado ilegal de escravos de Manoel Pinto da Fonseca», in *Histórias de escravidão e pós-emancipação no Atlântico (séculos XVIII ao XX)*. São Leopoldo: Casa Leiria, 123-141.

- Mónica, M. F. 1987. «Capitalistas e industriais (1870-1914)». *Análise Social*, XXIII (99), 819-863.
- Pinto, A. M. (Pan-Tarantula). 1888. «Por ahi...». *Os Pontos nos ii*. 160, 586.
- Queiroz, M. R. M. R. de. 2013. *O arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): Uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Ribeiro, M. de S. 1939. *Do sítio da Junqueira*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- s.a. «Baile dos Condes de Burnay». 1888. *Diário Ilustrado*. 5420, 3.
- s.a. 1881. «A quinta de Monte Christo em Cintra». *O Ocidente*. 91, 148.
- s.a. 1890, «Conde de Burnay», *A Ilustração Portuguesa*. 49, 8-10.
- s.a. 1906. «Cintra Villegiatura da Nobresa». *A Ilustração Portuguesa*. 31, 239-252.
- s.a. 1909. «Conde de Burnay». *O Ocidente*. 1091, 86-87.
- s.a. 1928, «A Casa Portuguesa, Palácio dos Srs. Condes de Burnay, Lisboa». *Ilustração*. 52, 29.
- Saldanha, N. 2006. *José Vital Branco Malhoa (1855-1933): O pintor, o mestre e a obra*. Tese de Doutoramento. Universidade Católica, Lisboa.
- Silva, R. H. da, e Elias, M. 2022. «O Bairro Camões», in *Palácio dos Condes de Redondo*. Universidade Autónoma de Lisboa, Scribe, 18-46.
- Silva, R. H. da. 1997. *Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*. Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Vairo, G. R. V. 2001. *La Collezione Burnay nel Museu Nacional de Arte Antiga di Lisbonna*. Tese de Mestrado. Università degli Studi di Roma «La Sapienza», Roma.
- Vale, T., Gomes, C. e Figueiredo, P. 1994 e 2007. «Palácio Burnay/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa». Monumentos. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6535](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6535).
- Vidal, F. G. P. 1955. «Rua da Junqueira». *Olisipo*, 70, 55-67 e 71, 106-119.
- Villaverde, M. 1997. *A evolução de Lisboa e a Rua das Portas de Santo Antão (1879-1926)*. Tese de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Villaverde, M. 2006. «Rua das Portas de Santo Antão e a singular modernidade lisboeta (1890-1925): arquitectura e práticas urbanas». *Revista de História da Arte*, 2, 142-176.

## Cartografia

Fava, D. J. 1833. *Carta topographica de Lisboa e seus suburbios comprehendendo na sua maior extensão desde o Convento dos Religiosos Barbadinhos Italianos athé a Bateria do Bom Successo e na maior largura desde o Terreiro do Paço athé o Campo Pequeno*. Lisboa: Caza do Risco das Obras Públicas.

Mardel, C. 1727. *Planta topographica da marinha das Cidades de Lisboa Occidental, e Oriental, desde o Forte de S Jozeph de Riba-mar té o Convento do Grilo. feita no anno de 1727*. Lisboa: Museu de Lisboa, MC.DES.1403.

## Internet

Alemão, S. 2023. «Esquecido pelo Estado, Palácio Burnay é cenário de vídeos para “influenciadores”». *Público*, 26 de Maio, <https://www.publico.pt/2023/05/26/local/noticia/esquecido-estado-palacio-burnay-cenario-videos-influenciadores-2050726>, consultado a 24.06.2024.

Bros of Decay. 2024. «Hidden abandoned palace in Portugal’s capital, Lisbon | Burnay Palace», Youtube, 14 de Janeiro, 2024, <https://www.youtube.com/watch?v=COMYSfmze4o>, consultado a 25.06.2024.

Carita, H. 2019. «Álbum Palácio do Conde de Burnay, 1933», A Casa Senhorial, Portugal, Brasil & Goa, <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/fotografia/434-album-palacio-do-conde-de-burnay-1933>, consultado a 23.09.2024.

Cidadania Lx. 2020. «Palácio Burnay — pedido de esclarecimentos à DGTf», *Fórum Cidadania Lisboa*, 24 de Fevereiro, 2020 <https://cidadania.lx.blogspot.com/2020/02/palacio-burnay-pedido-de.html>, consultado a 24.06.2024.

- Cidadania Lx. 2021 «Palácio Burnay abandonado, vandalizado e roubado — protesto à DGTF», *Fórum Cidadania Lisboa*, 1 de Julho, 2021, <http://cidadania.lx.blogspot.com/2021/07/palacio-burnay-abandonado-vandalizado-e.html?m=1>, consultado a 24.06.2024.
- Cidadania Lx. 2022 «Recolha de Fundos», *Fórum Cidadania Lisboa*, 4 de Janeiro, 2022 <https://cidadania.lx.blogspot.com/2022/01/recolha-de-fundos-pagamento-da.html>, consultado a 24.06.2024.
- Cidadania Lx. 2023. «Estado caótico dos palácios de Lisboa — pedido de esclarecimentos a CML e aos MF e MC», 15 de Junho, 2023, <https://cidadania.lx.org/portfolio/estado-caotico-dos-palacios-de-lisboa-pedido-de-esclarecimentos-a-cml-e-aos-mf-e-mc/>, consultado a 24.06.2024.
- Cidadania Lx. s.d. <https://cidadania.lx.org> consultado a 24.06.2024.
- Exploring with Jake. 2024. «Abandoned palace». Facebook, 11 de Fevereiro, 2024, <https://www.facebook.com/watch/?v=1124823478511697>, consultado a 24.06.2024 e a 25.06.2024.
- Geneall | Portal de Genealogia. s.d. <https://geneall.net/pt/> consultado a 23.09.2024.
- Júdice, J. M. 2021. «As causas. O silêncio nem sempre é de ouro». *Expresso*, 6 de Julho, <https://expresso.pt/opiniao/2021-07-06-As-Causas.-O-silencio-nem-sempre-e-de-ouro-f41e2ecb>, consultado a 24.06.2024.
- Morais, M. A. 2008. «Palácio Burnay», *Fórum Cidadania Lisboa*, 29 de Julho, <https://cidadania.lx.blogspot.com/2008/07/palacio-burnay.html>, consultado a 24.06.2024.
- Moreira, C. F. 2022. «Tribunal exige que Cultura e Finanças travem degradação do Palácio Burnay». *Público*, 29 de Março, <https://www.publico.pt/2022/03/29/local/noticia/tribunal-exige-cultura-financas-travem-degradacao-palacio-burnay-2000639>, consultado a 25.06.2024.
- Lopes, S. 2023. «O palácio abandonado que já recebeu as melhores festas universitárias de Lisboa». NiT, 30 de Abril, <https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade-ja-pode-explorar-os-lugares-esquecidos-e-abandonados-de-portugal-sem-sair-de-casa/attachment/1161720>, consultado a 24.06.2024.
- Sic Notícias. 2023. «Ao abandono e vandalizado: que futuro para o histórico Palácio Burnay?». 18 de Junho, <https://sicnoticias.pt/pais/2023-06-18-Ao-abandono-e-vandalizado-que-futuro-para-o-historico-Palacio-Burnay-d95a6ad7>, consultada a 24.06.2024.

XXIII Governo — República Portuguesa. 2024. «Primeiro-ministro destaca importância do investimento na cultura», 4 de Janeiro, 2024 <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=primeiro-ministro-destaca-importancia-do-investimento-na-cultura>, consultado a 24.06.2024.